

Os rumos do Ensino Médio

Em março, o Ministério da Educação (MEC) abriu consulta pública para “avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio”. Entidades representativas de professores e alunos, bem como de pesquisadores da área de Educação, têm se manifestado, em geral, pela revogação da assim chamada “reforma” do Ensino Médio estabelecida pela Lei 13.415/17. Entretanto, a resistência a essa aspiração é grande. Do lado da administração pública, os secretários estaduais de Educação são contrários à revogação: argumentam que muito tempo e recursos já foram gastos para adaptar suas estruturas à “reforma”. Parecem ter assim muito zelo pela gestão pública; infelizmente, prevalecem modelos de gestão que priorizam o corte de despesas, pouco importando o impacto dessa “economia” sobre a qualidade da educação oferecida pelo poder público. E para um governo sem maioria no Congresso Nacional, será muito difícil resistir à pressão dos Governadores.

A “reforma” foi propalada por um discurso que agrada ao senso comum e parece sensato: oferecer um ensino de acordo com os interesses dos alunos e adequado ao mundo atual. Assim, o Ensino Médio seria mais atrativo, diminuindo a evasão. Os objetivos não declarados, porém, incluem naturalizar o discurso neoliberal, conformar os estudantes à precarização do trabalho e anular o pensamento crítico.

A “reforma”, proposta por medida provisória em 2016 antes de ser transformada em lei, foi formulada sem que houvesse ampla discussão na sociedade. Entre os efeitos de sua implantação a partir de 2022, tem se observado a redução da carga horária de disciplinas como química, sociologia e história, e a implantação de disciplinas para “incentivar o protagonismo do estudante”, que tratam, por exemplo, da produção de brigadeiros, formação de *influencers* ou como escrever currículos para pedir emprego. O oferecimento de dez ou onze itinerários formativos para que os estudantes possam escolher permanece no terreno das intenções, como era de se esperar. A falta de professores de determinadas áreas do conhecimento é “resolvida” pelo não oferecimento do respectivo itinerário formativo. Ou seja: a escolha, pelos alunos, dos itinerários que mais lhes interessem, não tem sido mais do que ilusão. A “reforma” trouxe mais desorganização às escolas e esvaziamento da formação dos estudantes, piorando uma situação anterior que já não era boa. A revogação da “reforma”, portanto, não pode significar um retorno puro e simples à já inadequada estrutura anterior. É preciso reorganizar as redes de ensino e os currículos para que se possa avançar rumo ao que determina a Constituição

Federal: educação pública e de qualidade para todos, “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A construção de um Ensino Médio que caminhe nessa direção, porém, irá requerer que sejam ouvidos os professores que estão nas salas de aula, representantes do movimento estudantil e educadores, mais do que economistas e administradores neoliberais “especialistas em educação”.

Exemplos de como o ensino de química pode contribuir para a formação cidadã não faltam neste número de *Química Nova na Escola*. Em vários artigos se vê como a contextualização do conhecimento químico promove sua aproximação com a realidade dos estudantes. Fundamentadas em referenciais cognitivistas e humanistas, a contextualização e a interdisciplinaridade são tendências crescentes no ensino de Química, como mostra o artigo “Teorias de aprendizagem no ensino de Química: uma revisão de literatura a partir de artigos da revista *Química Nova na Escola*”. Outro artigo exemplifica como a contextualização pode ser feita em variadas situações: no caso em questão, a realidade de comunidades rurais é relacionada a conteúdos químicos, como se descreve em “Relato de uma experiência pedagógica no ensino de Química: estudo das propriedades dos agrotóxicos utilizados em uma comunidade rural”. Para que o professor se aproprie desse tipo de abordagem, que favorece o pensamento crítico e a participação coletiva dos alunos, existem instrumentos como o que é descrito no artigo “O Arco de Magueres como oportunidade para a aprendizagem problematizadora e ativa no ensino de Química”. A contextualização não precisa ficar restrita a questões locais: problemas como o aquecimento global e os desafios científicos e tecnológicos para sua mitigação podem também ser levados para a sala de aula. Para esse fim, o artigo “Redução Eletroquímica de CO₂: refazendo nossas pegadas de carbono” fornece subsídios úteis para educadores e estudantes. A escolha por um ou outro tema depende, é claro, da realidade da escola. Nesse sentido, é importante considerar recursos que estejam disponíveis na região. Por exemplo, o ensino experimental dos conceitos de ácido e base pode ser facilitado recorrendo-se à vegetação local, como nos mostram os autores de “Produção de indicadores ácido-base naturais em solução e em papel a partir de extratos de plantas com potencial aplicação no ensino de Química”. Além disso, a formação cidadã inclui discutir as relações entre Química e sociedade – como, por exemplo, as questões de gênero associadas ao fazer científico e tecnológico. A esse respeito, o artigo “Julia Hall e o desenvolvimento

do processo Hall-Hérault: o Efeito Matilda na história da indústria química” oferece interessantes possibilidades de discussão. Para atingir os objetivos que estamos delineando aqui, cabe ao professor refletir não apenas sobre os conteúdos, mas também sobre as interações que ocorrem em sala de aula, como demonstra o artigo “Interações discursivas em situações de ensino de Química: em busca de oportunizar novos significados a quem apreende conceitos científicos”. A formação de professores que explorem novas formas de gerar essas interações e reflexões entre os estudantes tem

nas tecnologias da informação e comunicação uma fonte de valiosos recursos, conforme se ilustra no artigo “Podcasts para o ensino de Química”.

Que a leitura deste número de *QNEsc* seja proveitosa a toda comunidade de educadores em Química!

Paulo Alves Porto
Salete Linhares Queiroz
Editores de QNEsc